

Ministério Público vê inércia nas ações contra a covid-19

O Governo catarinense tem 48 horas para se manifestar sobre a adoção de medidas regionalizadas no combate a pandemia do novo coronavírus. A intimação é do judiciário que recebeu ação civil pública proposta pelo Ministério Público e assinada pelo procurador-geral de Justiça, Fernando da Silva Comin, pelo titular da 33ª Promotoria de Justiça da Capital, Luciano Trierweiler Naschenweng, e por mais 65 promotores com atuação na área da saúde em todas as regiões do Estado.

A situação se torna crítica após o estado ultrapassar a marca das mil mortes e entregar aos municípios a responsabilidade pelas medidas de combate a pandemia, que foi assinada pelo próprio governador Carlos Moisés (PSL) em decreto publicado em 1º de junho. Desde então, o que se tem visto é que as regiões não conseguem adotar medidas em conjunto, a exemplo do que ocorreu recentemente no Sul do Estado e na Grande Florianópolis. Regiões conurbadas adotam estratégias desencontradas e que em nada contribuem para evitar a circulação do vírus, pelo contrário. Quando um município fecha o comércio e o outro abre, se força um deslocamento das pessoas que ainda têm dificuldades em seguir as diretrizes adotadas.

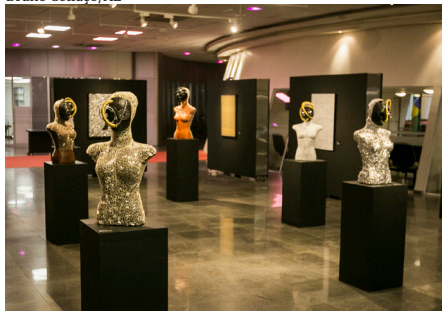
Segundo destaca o MP, a ação foi protocolada após a instituição esgotar todas as tentativas consensuais para que o Estado reassuma o controle da saúde onde não houver entendimento entre os municípios.

O chefe do MP, Fernando Comin, sintetiza bem a situação ao ilustrar a extensão que o vírus alcançou em Santa Catarina. "Quando o Estado alcança quase que a totalidade de seu território na matriz de risco gravíssimo, está evidente que a responsabilidade não é apenas dos municípios", disse.

A ação civil ainda recebeu apoio do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal que também não descarta a possibilidade de demandar o estado judicialmente se for necessária a intervenção da União na política estadual de saúde.

"Está evidente que a responsabilidade não é apenas dos municípios", Fernando Comin, procurador-geral de Justiça de SC.

Bruno Collaço/AL



LUGAR DA ARTE

A Alesc divulgou a seleção dos sete projetos escolhidos para serem expostos no principal local de exposições institucionais e culturais do Parlamento Catarinense. Os trabalhos aprovados no edital deste ano devem ser expostos a partir de 2021. A lista completa dos selecionados você encontra no scportais.com.br.

Rita Maria

A Secretaria de Infraestrutura assinou nesta sexta contrato de cessão do do Terminal Rodoviário Rita Maria, em Florianópolis. O terminal estava há pelo menos 20 anos em situação irregular. A cessão vale por 20 anos e abre a possibilidade de repasse para exploração pela iniciativa privada.

► COMIDA

A Aurora Alimentos liderou o ranking como a marca que mais conquistou consumidores no Brasil, entre janeiro e abril de 2020. É o que mostra a pesquisa Brand Footprint, da Kantar Worldpanel, que apontou o ranking TOP 10 das marcas nacionais. A Cooperativa subiu seis posições em 2019 entre as 50 marcas mais escolhidas.

► QUARENTENA

Em Florianópolis, algumas regiões da cidade mantêm "vida normal", e muita gente segue desafiando o risco de contágio de coronavírus. Em Canasvieiras, Ingleses e Rio Vermelho, os três maiores bairros do Norte da Ilha, muitas pessoas teimam em circular sem máscara nas ruas e para donos de restaurantes salão cheio significa capitalização, não aglomeração.

► FUMO

O novo coronavírus provocou queda mundial no consumo de tabaco. Segundo maior produtor do Brasil, Santa Catarina sentiu o efeito, com redução de 24% nas exportações no primeiro semestre. A perda foi de 35% em receita cambial em relação ao ano passado. As vendas para a China foram as mais afetadas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA
TRABALHO E TRANSPARÊNCIA
NA CRISE DO CORONAVÍRUS

CLIQUE AQUI



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA